

ATA NÚMERO 264/XII/3.^a SL

Aos 26 dias do mês de março de 2014, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 4 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.º 262 e 263, referentes às reuniões de 19 e 20 de março, respetivamente.
2. Ratificação da votação indiciária, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 184/XII/3.^a (GOV) – Aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, realizada em sede de Grupo de Trabalho.
3. Votação indiciária, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 490/XII/3.^a (BE) – Amplia as condições de acesso ao regime de crédito a deficientes
4. Apreciação e votação do parecer à Proposta de Lei n.º 210/XII/3.^a (GOV) – Estabelece o regime fiscal das entidades organizadoras das finais das competições UEFA Champions League e UEFA Women's Champions League da época 2013/2014, bem como dos clubes desportivos, respetivos jogadores e equipas técnicas, em virtude da organização e participação naquelas partidas.
Autor do parecer: Senhor Deputado João Paulo Correia (PS).
[iniciativa agendada para a Sessão Plenária de 27 de março]
5. Apreciação da sujeição a apreciação pública da Proposta de Lei n.º 211/XII/3.^a (GOV) – Modifica o valor dos descontos a efetuar para os subsistemas de proteção social no âmbito dos cuidados de saúde, concretamente da Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas (ADSE), dos Serviços de Assistência na Doença (SAD) e da Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas (ADM).
6. Definição da metodologia para apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 211/XII/3.^a (GOV) – Modifica o valor dos descontos a efetuar para os subsistemas de proteção social no âmbito dos cuidados de saúde, concretamente da Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas (ADSE), dos Serviços de Assistência na Doença (SAD) e da Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas (ADM).

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

7. Apreciação e votação do parecer ao Projeto de Lei n.º 528/XII/3.^a (PSD/CDS-PP) – Alteração à Lei dos Baldios (altera a Lei n.º 68/93, de 4 de setembro, com redação da Lei n.º 89/97, de 30 de junho, que estabelece a lei dos baldios, altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, e efetua a nona alteração ao Regulamento das Custas Processuais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de fevereiro).
Autor do parecer: Senhor Deputado António Gameiro (PS).
[Iniciativa agendada para a Sessão Plenária de 2 de abril].
8. Distribuição da Proposta de Lei n.º 212/XII/3.^a (GOV) – Aprova um novo regime jurídico das assembleias distritais, e deliberação sobre a competência para a sua apreciação.
Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PS.
9. Fixação da redação final dos Projetos de Resolução n.º 957/XII/3.^a (PS) - Aprova as linhas fundamentais para a elaboração e execução do programa nacional de simplificação administrativa e desburocratização SIMPLEX II e n.º 974/XII/3.^a (PSD/CDS-PP) - Recomenda ao Governo que apresente e proceda à implementação de um programa global e integrado de modernização e simplificação administrativas - Programa SIMPLIFICAR.
10. Apreciação e votação do relatório à Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à notificação e à transparência das operações de financiamento através de valores mobiliários [COM(2014)40].
Relator: Senhor Deputado João Paulo Correia (PS).
11. Apreciação e votação do relatório à Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às medidas estruturais destinadas a melhorar a capacidade de resistência das instituições de crédito da UE [COM(2014)43].
Relatora: Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD).
12. Apreciação e votação do relatório à Proposta de Decisão de Execução do Conselho que aprova a atualização do programa de ajustamento macroeconómico de Portugal [COM(2014)54].
Relator: Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD).
13. Apreciação e votação do relatório à Proposta de Decisão de Execução do Conselho que altera a Decisão de Execução 2011/344/UE relativa à concessão de assistência financeira da União a Portugal [COM(2014)55].
Relator: Senhor Deputado João Galamba (PS).

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

14. Votação do Requerimento do Grupo Parlamentar do PS com vista a endereçar um convite ao Governo da Região Autónoma da Madeira para que pronuncie sobre o Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região Autónoma da Madeira.
15. Votação do Requerimento do Grupo Parlamentar do PCP que solicita a audição da Ministra de Estado e das Finanças no sentido de serem apuradas as circunstâncias e as responsabilidades políticas em torno da preparação e do cancelamento da venda das obras de Miró provenientes de coleção do BPN.
16. Deliberação sobre as auditorias a determinar ao Governo e a solicitar ao Tribunal de Contas, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 62.º da Lei de Enquadramento Orçamental, referentes ao ano de 2013.
17. Deliberação sobre a admissibilidade da Petição n.º 367/XII/3ª – Contra a fusão / agregação de Cursos das Áreas de Tecnologias de Diagnóstico e Terapêutica.
18. Deliberação sobre a admissibilidade da Petição n.º 347/XII/3ª – Não permitiremos a destruição da CGA!
Relator(a): Cabe ao Grupo Parlamentar do PS.
19. Ponto de situação das petições pendentes em Comissão.
20. Apreciação do relatório da audiência concedida às Associações de Espoliados de Angola e Moçambique.
21. Outros assuntos.

1. Apreciação e votação das atas n.º 262 e 263, referentes às reuniões de 19 e 20 de março, respetivamente.

As [atas n.ºs 262 e 263](#), referentes às reuniões de 19 e 20 de março, respetivamente, foram aprovadas por unanimidade.

2. Ratificação da votação indiciária, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 184/XII/3.ª (GOV) – Aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, realizada em sede de Grupo de Trabalho.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

O Senhor Presidente começou por dar a palavra à Senhora Deputada Catarina Marcelino (PS), Coordenadora do [Grupo de Trabalho](#) criado no âmbito da Comissão com vista à discussão e votação indiciária, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 184/XII/3.ª \(GOV\)](#).

A Senhora Deputada Catarina Marcelino (PS) começou por recordar a participação, no Grupo de Trabalho (GT), dos Senhores Deputados Conceição Bessa Ruão e Jorge Paulo Oliveira (PS), António Gameiro e Isabel Santos (PS), Artur Rego (CDS-PP), Jorge Machado e David Costa (PCP) e Mariana Aiveca (BE). De seguida, deu conta das dificuldades várias de concretização dos trabalhos do GT decorrentes da agenda parlamentar, mas considerando que estes tinham corrido satisfatoriamente, quer no âmbito das audiências às entidades que as haviam solicitado em sede de apreciação pública, quer na discussão e votação das propostas de alteração (apresentadas inicialmente e ao longo dos trabalhos do GT). A Senhora Deputada agradeceu, ainda, o apoio contínuo prestado ao GT pela equipa de apoio à Comissão, os quadros comparativos produzidos e atualizados, no âmbito do direito comparado com a legislação em vigor e das propostas de alteração apresentadas pelos Grupos Parlamentares.

O Senhor Presidente agradeceu a informação síntese sobre os trabalhos e subscreveu a referência e os agradecimentos à equipa de apoio à Comissão.

Intervio, de seguida, o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD), saudando o GT e o trabalho desenvolvido, e solicitando a avocação, para plenário de Comissão, do artigo 32.º da LTFP.

Usou também da palavra o Senhor Deputado Artur Rego (CDS-PP), que agradeceu o trabalho levado a cabo, sublinhando o empenho da Coordenadora do GT na condução dos trabalhos, e de todos os membros do Grupo. Subscreveu as intervenções anteriores sobre o apoio técnico prestado pela equipa de apoio à Comissão, após o que deu nota das motivações subjacentes ao pedido de avocação da alínea a) do n.º 1 do artigo 32.º para plenário da Comissão, ainda que tivesse sido consensualizada uma redação em sede do GT, pelo facto esta não estar conforme ao espírito do legislador nem às alterações recentes de legislação conexas.

Intervio, ainda, a Senhora Deputada Conceição Bessa Ruão (PSD), subscrevendo os agradecimentos à Coordenadora do GT e aos demais membros, bem como à equipa de apoio à Comissão, corroborando a fundamentação da alteração de redação do artigo 32.º.

Sobre esta matéria, usou de seguida da palavra o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP), que manifestou a oposição à alteração agora proposta.

Usou também da palavra, a Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE), que subscreveu a intervenção anterior, e recordou o consenso verificado aquando da discussão e votação da alínea em apreço, alterada por proposta do BE, aprovada por unanimidade com uma redação

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

consensualizada em sede do GT. A Senhora Deputada subscreveu, ainda, as intervenções anteriores de agradecimento à equipa de apoio à Comissão.

Por seu turno, a Senhora Deputada Catarina Marcelino (PS) recordou a discussão em sede do GT e o consenso encontrado em termos de redação, com base na proposta de alteração do BE, manifestando oposição à alteração da redação por avocação.

Não se registando intervenções adicionais, foi votada a proposta de PSD e CDS-PP de reposição da alínea a) do n.º 1 do artigo 32.º do texto originário da proposta de lei, proposta que foi aprovada com os votos favoráveis dos proponentes e contra de PS, PCP e BE.

O Senhor Presidente abriu, de seguida, um período de declarações genéricas sobre a Proposta de Lei.

Começou por usar da palavra o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP), que agradeceu o apoio prestado ao GT pela equipa de apoio à Comissão, nomeadamente na elaboração de quadros comparativos e na antecipação, em termos de redação final, da resolução de questões de legística e de melhoria linguística de redação. Agradeceu, também, às assessorias dos Grupos Parlamentares e, por fim, à Coordenador do GT. Sublinhou, de seguida, uma vantagem de um trabalho ponderado e prolongado de especialidade, que permitiu corrigir diversos erros técnicos e discutir a iniciativa, artigo a artigo, consensualizando alguns aspetos políticos onde foi possível.

Interveio, de seguida, o Senhor Deputado António Gameiro (PS), que subscreveu os agradecimentos à equipa de apoio à Comissão, bem como à Coordenadora do Grupo de Trabalho, pelo trabalho rigoroso e de promoção de discussão. Considerou estar perante um mau diploma, sublinhando não existir qualquer convergência de posições e considerando que os funcionários públicos não são merecedores de um tratamento desta natureza por parte do Governo, discordando da aplicação análoga das regras do Código do Trabalho em matérias como o horário de trabalho, os tempos de não trabalho, os bancos de horas, os ACEP, e sublinhando, por fim, o diferente tratamento das forças de segurança.

Usou, também, da palavra a Senhora Deputada Conceição Bessa Ruão (PSD), que reiterou os agradecimentos anteriormente efetuados e sublinhando as melhorias efetuadas ao texto da lei, nomeadamente quanto à salvaguarda de regimes especiais e da especificidade de certas matérias.

Interveio, por fim, a Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP), que reiterou os agradecimentos pelo trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho e pela assessoria prestada pela equipa de apoio à Comissão.

3. Votação indiciária, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 490/XII/3.ª (BE) – Amplia as condições de acesso ao regime de crédito a deficientes.

O presente ponto da Ordem do Dia foi consensualmente adiado para uma reunião seguinte da Comissão.

4. Apreciação e votação do parecer à Proposta de Lei n.º 210/XII/3.ª (GOV) – Estabelece o regime fiscal das entidades organizadoras das finais das competições UEFA Champions League e UEFA Women’s Champions League da época 2013/2014, bem como dos clubes desportivos, respetivos jogadores e equipas técnicas, em virtude da organização e participação naquelas partidas. Autor do parecer: Senhor Deputado João Paulo Correia (PS). [iniciativa agendada para a Sessão Plenária de 27 de março]

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) apresentou o parecer à [Proposta de Lei n.º 210/XII/3.ª \(GOV\)](#), dando conta dos objetivos da iniciativa. Não se registando intervenções em sede de debate, foi o parecer votado e aprovado por unanimidade.

5. Apreciação da sujeição a apreciação pública da Proposta de Lei n.º 211/XII/3.ª (GOV) – Modifica o valor dos descontos a efetuar para os subsistemas de proteção social no âmbito dos cuidados de saúde, concretamente da Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas (ADSE), dos Serviços de Assistência na Doença (SAD) e da Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas (ADM).

Sobre a apreciação pública da [Proposta de Lei n.º 211/XII/3.ª \(GOV\)](#), o Senhor Presidente recordou a reunião de Mesa e Coordenadores havida na semana anterior e na sequência da qual os Grupos Parlamentares de PSD e CDS-PP haviam solicitado o agendamento da questão em apreço para a presente reunião da Comissão. Informou ainda, que nos termos deliberados pela Comissão, fora solicitada ao Governo a informação referente ao cumprimento do estatuído na Lei n.º 23/98, de 26 de maio, nomeadamente cópias de atas negociais. Deu, ainda, conta, do resultado de diligências junto do Gabinete de Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República. Por fim, deu conta da distribuição, a seu pedido, de um documento técnico da Assembleia da República, sobre a “Consulta Pública no Processo Legislativo Parlamentar” que, não vinculando os Senhores Deputados, contém indicações relevantes.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Em sede de debate, começou por usar da palavra o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD), sublinhando a boa-fé da Mesa ao solicitar, como habitualmente, o pedido de submissão da iniciativa a apreciação pública, mas considerando que no presente caso tal procedimento não é obrigatório. Sobre o manual técnico distribuído pelo Senhor Presidente, identificou algumas falhas, atento, nomeadamente, o teor dos Acórdãos [360/2003](#) e [396/2011](#) do Tribunal Constitucional, que, segundo o Senhor Deputado, demonstram a não obrigatoriedade de a Assembleia da República proceder à consulta pública, estando apenas o Governo obrigado a tal procedimento.

Interveio, de seguida, a Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP), que subscreveu a alocução anterior, reiterando a convicção da boa-fé da Mesa e, em particular, a preocupação com a celeridade dos procedimentos. Sobre o caso particular em apreço, também considerou não ser obrigatória a consulta pública.

Posteriormente, usou da palavra o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), que reiterou a sua convicção de obrigatoriedade de submissão da iniciativa a consulta pública (mesmo se não obstando a que, de futuro, tal decisão decorra de reunião de Mesa e Coordenadores, ainda que com custos de celeridade), mas considerou que a discussão sobre a oportunidade e obrigatoriedade poderia ser efetuada, ainda que, no caso em apreço, seria preferível dar sequência ao processo de apreciação da iniciativa, na especialidade, em paralelo com o processo de apreciação pública.

Interveio, por seu turno, a Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE), que sublinhou os custos institucionais para a Assembleia da República e a conflitualidade acrescida decorrentes de uma eventual interrupção da apreciação pública, subscrevendo a proposta de avançar com a discussão da proposta de lei na especialidade.

Por fim, usou da palavra o Senhor Deputado João Galamba (PS), reiterando os argumentos já aduzidos na reunião de Mesa e Coordenadores e defendendo que se avançasse com o processo de discussão da iniciativa na especialidade.

O Senhor Presidente considerou estarem em cima da mesa três argumentos: desde logo uma dimensão regimental, de funcionamento da Comissão, no âmbito da qual fora seguida a prática estabelecida desde o início da Legislatura, solicitando o prazo mais curto sempre que solicitada a urgência pelo Governo.

No âmbito do argumento jurídico, citou o [artigo 56.º](#) da Constituição da República Portuguesa, considerando estatuir a obrigatoriedade de consulta e concessão de audiência, sempre que solicitada. Sobre a proposta de lei em apreço, considerou estar em questão a abrangência de

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

um universo específico quanto ao regime de proteção social (facultativo ou obrigatório), regulando matéria referente a um direito fundamental – o direito à retribuição – estatuído nos termos da alínea a) do n.º 1 do [artigo 59.º](#) da CRP, e relativamente ao qual a PPL determina a sua redução. Termos em que considerou que o direito de participação dos trabalhadores leva a que haja o seu envolvimento, a apreciação pública e a iniciativa da Comissão em ouvir as entidades representativas. Considerou, ainda, que tal parecera ser, também, o entendimento do Governo em sede de trabalhos preparatórios do projeto de Decreto-Lei, ao proceder à auscultação de entidades e ao cumprimento do estatuído na Lei n.º 23/98, de 26 de maio, acrescentando, sobre este ponto, que a iniciativa do Governo não prejudicava a iniciativa da Assembleia da República, por se tratar de uma iniciativa diferente.

O Senhor Presidente não recusou que a questão em apreço possa suscitar dúvidas, mas acrescentou que uma eventual interrupção traria consequências indesejáveis. Ainda sobre o Manual suprarreferido, reiterou tratar-se de um documento técnico, que não vincula os Senhores Deputados.

Por fim, no plano do argumento constitucional, recordou que seria a primeira vez que um processo de apreciação pública seria interrompido, se Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República, que o determina, acolhesse esta deliberação, com naturais consequências para a imagem da Assembleia da República.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) manifestou compreensão pela posição do Senhor Presidente, mas reiterou o pedido de revogação do pedido, à Senhora Presidente da Assembleia da República, de colocação da iniciativa em apreciação pública.

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) usou da palavra para manifestar a sua oposição à proposta em apreço, recordando as práticas da Comissão de Segurança Social e Trabalho, consonantes com as da COFAP.

Interveio, também, o Senhor Deputado João Galamba (PS), que manifestou, igualmente, a oposição do PS.

O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) aduziu, de seguida, argumentação em favor da não obrigatoriedade de apreciação pública da proposta de lei em apreço, pela análise do artigo 134.º do Regimento da Assembleia da República e dos artigos 469.º e 470.º do Código do Trabalho, concluindo não estar em questão, *stricto sensu*, a elaboração de legislação laboral (de modo direto, indireto ou colateral), recordando o teor dos acórdãos supracitados.

Não se registando consenso, foi submetida a votação a proposta dos Grupos Parlamentares de PSD e CDS-PP, que foi aprovada com os votos favoráveis dos proponentes e contra de PS,

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

PCP e BE. O Senhor Presidente informou que oficiaria SEXA PAR nos termos propostos, e que aduziria argumentação contra esse pedido, intervenção subscrita pelos Senhores Deputados Paulo Sá (PCP) e Mariana Aiveca (BE).

- 6. Definição da metodologia para apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 211/XII/3.ª (GOV) – Modifica o valor dos descontos a efetuar para os subsistemas de proteção social no âmbito dos cuidados de saúde, concretamente da Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas (ADSE), dos Serviços de Assistência na Doença (SAD) e da Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas (ADM).**

O ponto da Ordem do Dia em apreço foi suspenso para reunião da Comissão a realizar no dia seguinte.

- 7. Apreciação e votação do parecer ao Projeto de Lei n.º 528/XII/3.ª (PSD/CDS-PP) – Alteração à Lei dos Baldios (altera a Lei n.º 68/93, de 4 de setembro, com redação da Lei n.º 89/97, de 30 de junho, que estabelece a lei dos baldios, altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, e efetua a nona alteração ao Regulamento das Custas Processuais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de fevereiro).**

Autor do parecer: Senhor Deputado António Gameiro (PS).

[Iniciativa agendada para a Sessão Plenária de 2 de abril].

O presente ponto da Ordem do Dia foi adiado para a reunião ordinária seguinte da Comissão.

- 8. Distribuição da Proposta de Lei n.º 212/XII/3.ª (GOV) – Aprova um novo regime jurídico das assembleias distritais, e deliberação sobre a competência para a sua apreciação.**

Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PS.

O Senhor Presidente informou que a [Proposta de Lei n.º 212/XII/3.ª \(GOV\)](#), referente a um novo regime de pessoal das Assembleias Distritais, baixara à 11.ª Comissão, com conexão à 5.ª, suscitando a pronúncia dos Grupos Parlamentares sobre um eventual pedido de reapreciação do despacho de baixa à Comissão.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

O Grupo Parlamentar do PS indicou como autor do parecer da COFAP àquela iniciativa o Senhor Deputado João Paulo Correia (PS), tendo sido consensual pelos GP não suscitar a reapreciação do despacho.

- 9. Fixação da redação final dos Projetos de Resolução n.º 957/XII/3.^a (PS) – Aprova as linhas fundamentais para a elaboração e execução do programa nacional de simplificação administrativa e desburocratização SIMPLEX II e n.º 974/XII/3.^a (PSD/CDS-PP) – Recomenda ao Governo que apresente e proceda à implementação de um programa global e integrado de modernização e simplificação administrativas – Programa SIMPLIFICAR.**

Os proponentes solicitaram o adiamento do presente ponto da Ordem do Dia, por estar em curso a elaboração de um texto único resultante da fusão dos Projetos de Resolução n.ºs [957/XII/3.^a \(PS\)](#) e [974/XII/3.^a \(PSD/CDS-PP\)](#).

- 10. Apreciação e votação do relatório à Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à notificação e à transparência das operações de financiamento através de valores mobiliários [COM(2014)40].**

Relator: Senhor Deputado João Paulo Correia (PS).

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) apresentou o relatório à [Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho](#), dando conta das atividades desenvolvidas nos últimos pela Comissão Europeia sobre esta matéria, e sublinhando a importância do acompanhamento, pela COFAP, destas iniciativas.

Em sede de debate, usou da palavra o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) para efeitos de uma declaração de voto, dando conta da não objeção ao teor do relatório, mas da oposição do PCP à matéria política em apreço, por se inserir num processo de construção de uma união bancária, ao qual o PCP obsta, apesar de ser favorável a um aumento do controlo do setor financeiro.

Não se registando intervenções adicionais, o relatório foi votado e aprovado com os votos favoráveis de PSD, PS, CDS-PP e BE, e abstenção do PCP.

11. Apreciação e votação do relatório à Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às medidas estruturais destinadas a melhorar a capacidade de resistência das instituições de crédito da UE [COM(2014)43].

Relatora: Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD).

O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) apresentou, em nome da relatora, o relatório à [Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho](#), sublinhando as principais disposições da iniciativa e os pareceres recolhidos junto do Banco de Portugal e da Associação Portuguesa de Bancos.

Em sede de debate, usou da palavra o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), que reiterou a intervenção anterior.

Não se registando intervenções adicionais, o relatório foi votado e aprovado com os votos favoráveis de PSD, PS, CDS-PP e BE, e abstenção do PCP.

12. Apreciação e votação do relatório à Proposta de Decisão de Execução do Conselho que aprova a atualização do programa de ajustamento macroeconómico de Portugal [COM(2014)54].

Relator: Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD).

O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) apresentou o relatório à [Proposta de Decisão do Conselho](#), sublinhando a necessidade de, em virtude da aprovação do *six-pack* e do *two-pack*, ser necessária a aprovação de uma Decisão pelo Conselho decorrente de alterações de Memorandos de Entendimento com países sob PAEF.

Em sede de debate, interveio o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), que reiterou a intervenção anterior, nos mesmos termos em que interveio o Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE). Os Senhores Deputados Pedro Jesus Marques (PS) e Cecília Meireles (CDS-PP) manifestaram o sentido de voto ao relatório propriamente dito e não às matérias políticas em apreço.

O relatório foi, de seguida, votado e aprovado com os votos favoráveis de PSD, PS e CDS-PP e contra de PCP e BE.

13. Apreciação e votação do relatório à Proposta de Decisão de Execução do Conselho que altera a Decisão de Execução 2011/344/UE relativa à concessão de assistência financeira da União a Portugal [COM(2014)55].

Relator: Senhor Deputado João Galamba (PS).

O Senhor Deputado João Galamba (PS) apresentou o relatório à [Proposta de Decisão de Execução do Conselho](#), informando tratar-se da primeira vez que uma alteração do Memorando de Entendimento era escrutinada, em termos de iniciativa europeia, pelos Parlamentos nacionais, dado só agora a Comissão Europeia ter começado a remeter estas iniciativas aos Parlamentos Nacionais.

Em sede de debate, interveio o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), que reiterou a intervenção anterior. O relatório foi, de seguida, votado e aprovado com os votos favoráveis de PSD, PS e CDS-PP e contra de PCP e BE.

14. Votação do Requerimento do Grupo Parlamentar do PS com vista a endereçar um convite ao Governo da Região Autónoma da Madeira para que pronuncie sobre o Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região Autónoma da Madeira.

O Senhor Presidente recordou o historial decorrido desde a apresentação do requerimento em apreço, em junho de 2012, nomeadamente quanto à informação já remetida pelo Governo e a audição realizada ao Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, faltando a deliberação sobre a audição do Governo Regional na Madeira, tendo o proponente reformulado o Requerimento com vista a que deste constasse a menção de “convite”.

Em sede de debate, começou por usar da palavra o Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD), que considerou que a figura do “convite” não tem acolhimento regimental, pelo que o Requerimento deveria ser votado nos termos em que fora apresentado, ao que o Senhor Presidente obsteu por recordar que o Requerimento já fora alterado.

Usou da palavra, de seguida, o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), dando nota do voto favorável a um “convite”, nos termos discutidos na reunião anterior da Comissão.

Posteriormente, interveio a Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) que recordou, igualmente, a discussão havida na reunião anterior, e dando nota da abstenção do CDS-PP.

Usou da palavra, ainda, o Senhor Deputado Pedro Jesus Marques (PS), considerando que o PSD se opunha ao controlo e debate parlamentares sobre a execução do PAEF-M.

Por fim, usou da palavra o Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD), que recordou o consenso maioritário verificado na reunião anterior da Comissão, de que o controlo e

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

fiscalização nesta matéria deveria ocorrer em sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira.

Não havendo consenso, foi o Requerimento submetido a votação e rejeitado com os votos favoráveis de PS, PCP e BE, o voto contra de PSD e a abstenção do CDS-PP.

15. Votação do Requerimento do Grupo Parlamentar do PCP que solicita a audição da Ministra de Estado e das Finanças no sentido de serem apuradas as circunstâncias e as responsabilidades políticas em torno da preparação e do cancelamento da venda das obras de Miró provenientes de coleção do BPN.

O Senhor Presidente recordou a suspensão da deliberação do presente Requerimento até à conclusão das audições em sede da Comissão de Educação, Ciência e Cultura (à Parvalorem, em conjunto com a COFAP, e ao Senhor Secretário de Estado da Cultura).

Em sede de debate, o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) propôs que fosse ouvida em audição a Secretária de Estado do Tesouro, que acompanha o dossiê. O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) não se opôs à reformulação do Requerimento nesses termos, sublinhando a necessidade de esclarecimentos adicionais do Governo sobre esta matéria. Nestes termos, e não se registando intervenções adicionais, foi o Requerimento consensualmente aprovado.

16. Deliberação sobre as auditorias a determinar ao Governo e a solicitar ao Tribunal de Contas, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 62.º da Lei de Enquadramento Orçamental, referentes ao ano de 2013.

O presente ponto da Ordem do Dia foi consensualmente adiado.

17. Deliberação sobre a admissibilidade da Petição n.º 367/XII/3ª – Contra a fusão / agregação de Cursos das Áreas de Tecnologias de Diagnóstico e Terapêutica.

A Comissão apreciou a Nota de Admissibilidade da [Petição n.º 367/XII/3.ª](#), verificando estarem em causa, especificamente, a proposta de fusão de determinadas ofertas formativas ao nível do ensino superior, num conjunto de três licenciaturas, constantes do relatório do Grupo de Trabalho da A3ES – Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior; e as preocupações dos subscritores da petição com o facto de a fusão em apreço colocar em causa

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

as suas competências específicas, a qualidade da sua formação e, subsequentemente, a qualidade e segurança dos cuidados de saúde prestados aos doentes. Nestes termos, considerou que as matérias suscitadas pelos Peticionários se enquadram, eminentemente, no âmbito das competências das Comissões de Educação, Ciência e Cultura; e de Saúde (quanto à formação destes técnicos e, subsequentemente, dos cuidados de saúde que estes prestam), pelo que deliberou solicitar a reapreciação do despacho.

18. Deliberação sobre a admissibilidade da Petição n.º 347/XII/3ª – Não permitiremos a destruição da CGA!

Relator(a): Cabe ao Grupo Parlamentar do PS.

A Comissão apreciou a Nota de Admissibilidade da [Petição n.º 347/XII/3.ª](#), tendo deliberado admiti-la, após o que o Grupo Parlamentar do PS indicou como relator o Senhor Deputado Pedro Jesus Marques (PS).

19. Ponto de situação das petições pendentes em Comissão.

O Senhor Presidente efetuou um ponto de situação das [petições pendentes em Comissão](#), verificando-se estarem pendentes duas petições com prazo de tramitação em Comissão já esgotado, relativamente às quais o Senhor Presidente solicitou celeridade de apreciação.

20. Apreciação do relatório da audiência concedida às Associações de Espoliados de Angola e de Moçambique.

O Senhor Vice-Presidente Fernando Virgílio Macedo (PSD) deu conta da audiência concedida às Associações de Espoliados de Angola e de Moçambique e dos principais pontos abordados na reunião, tendo a AEANG e a AEMO como objetivo sensibilizar o Governo, a Assembleia da República e os partidos políticos no sentido de encontrar uma solução para a indemnização devida dos espoliados dos ex-territórios ultramarinos pelos bens deixados naqueles territórios. Em particular, gostariam de Recordarem, a esse propósito, o [Despacho Conjunto n.º 107/2005, de 3 de fevereiro](#), dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública, dos Negócios Estrangeiros e da Segurança Social, da Família e da Criança, considerando que o Grupo de Trabalho então criado deveria operacionalizar os procedimentos de análise do espólio de relações dos bens entregues pelos cidadãos (a pedido do Governo português) e à guarda do Instituto de Camões, para posterior indemnização.



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

21. Outros assuntos.

O Senhor Presidente deu conta das audições já agendadas para o mês de abril, tendo sido consensualizado aplicar a mesma grelha de tempos para a audição regular do IGCP, bem como uma grelha idêntica para as próximas audições, em conjunto com a 1.^a Comissão.

A reunião foi encerrada às 12:45 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 26 de março de 2014

**O PRESIDENTE,
EDUARDO CABRITA**

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Carlos Santos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Eduardo Cabrita
Elsa Cordeiro
Fernando Barbosa
Fernando Virgílio Macedo
Isabel Santos
João Galamba
João Paulo Correia
Jorge Paulo Oliveira
José de Matos Rosa
Miguel Frasquilho
Paulo Sá
Pedro Filipe Soares
Pedro Jesus Marques
Sónia Fertuzinhos
António Gameiro
Artur Rêgo
Catarina Marcelino
Conceição Bessa Ruão
Pedro Pimpão

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Nuno Santos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Nuno Reis